



Mudança em comércio eletrônico vai a Plenário

Nova regra sobre o ICMS, que busca equilibrar arrecadação entre estados, foi aprovada pela CCJ

Comissão acatou substitutivo de Renan Calheiros a três PECs. Pelo texto, caberá ao estado do comprador o tributo correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual. Se aprovada no Plenário, a proposta seguirá para a Câmara dos Deputados. **3**



Walter Pinheiro (em pé), Eduardo Suplicy, Renan Calheiros, José Pimentel e Flexa Ribeiro durante reunião na CCJ

Acatada MP que abre crédito a produtor e empresa prejudicados por catástrofe 8

Resultados da Rio+20 virão com o tempo, diz governo em debate na CMA 8

Avança projeto que garante ao Acre fuso de duas horas a menos que Brasília 7

Comissões do Senado analisaram 157 matérias no mês de junho 2

Novo embate na CPI do Cachoeira

Ausência dos quatro convocados para depor ontem gera novas críticas do PSDB contra o PT.

Amanhã, a comissão vota requerimentos e pode definir um novo rito para depoimentos. **4 e 5**



Presidente da CPI, Vital do Rêgo (C), é cercado por parlamentares: novo rito para depoimentos

CPI cobra explicações sobre ausência de delegacias da mulher em Santa Catarina 4-5

Eunício defende amplo debate sobre anteprojeto do novo Código Penal 6

Campanha do Agasalho arrecada no Senado quase 3 mil peças 2



Rosa Vasconcelos (C), José Farias e Florian Madruga no encerramento da Campanha do Agasalho

Bolsa-artista é aprovada na Comissão de Educação

Incentivo à formação e ao aprimoramento em diversos estilos de arte deve ser analisado agora na Câmara. A CE acatou ainda a

extensão do Prouni a alunos de cooperativas e autorização para crianças em espetáculos classificados acima de sua faixa etária. **7**



Alunos de oficina da Escola de Arte Veiga Valle, em Goiânia, encenam *Sonho de Uma Noite de Verão*, de Shakespeare

Resultado de concurso é homologado

A Diretoria-Geral do Senado informou que o presidente da Casa, José Sarney, assinou ontem o ato de homologação do concurso público para o cargo de técnico legislativo, realizado neste ano. Segundo comunicado, as 79 vagas para o cargo previstas no edital devem ser preenchidas ainda neste ano. No total, 722 candidatos foram considerados aprovados.

Recebido o resultado oficial da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e verificada a conformidade dos procedimentos pela Comissão do Concurso, o presidente do Senado, senador José Sarney, assinou nesta terça-feira, 3, o ato de homologação do concurso público para o cargo de técnico legislativo, regido pelo Edital nº 3, de 22 de setembro de 2011.

O *Diário Oficial da União* publica na quarta-feira, 4, o ato de homologação, segundo o qual são considerados aprovados 722 candidatos, entre eles 12 portadores de deficiência. O Senado pretende preencher as 79 vagas oferecidas no edital ainda neste ano, observadas, rigorosamente, a ordem de classificação no concurso, a disponibilidade orçamentária e a conveniência administrativa.

O concurso do Senado teve 62.703 candidatos inscritos para as 79 vagas oferecidas nas diversas especialidades de técnico legislativo. As homologações dos resultados para os cargos de analista legislativo e consultor legislativo ocorrerão tão logo a FGV encaminhe oficialmente ao Senado Federal os resultados finais e a Comissão de Concurso ateste a regularidade procedimental. Já a seleção para policial legislativo está na fase de investigação social, faltando ainda o curso de formação. Neste caso, a previsão de homologação é para o final de agosto.

Diretoria-Geral do Senado Federal

Entre as propostas, destacam-se a que reserva 50% das vagas das universidades públicas para alunos de escolas públicas e a que aumenta as penas para quem alicia menores de idade para prostituição

Em junho, comissões votaram 157 projetos

A RESERVA DE pelo menos 50% das vagas das universidades públicas para alunos de escolas públicas e mais rigor no combate à pirataria e à exploração sexual de crianças e adolescentes estão entre as 157 propostas analisadas pelas comissões permanentes e subcomissões do Senado no mês de junho.

O levantamento é da Secretária-Geral da Mesa e foi publicado ontem no *Diário do Senado Federal*.

Em junho, as comissões também analisaram a proposta que cria mecanismos de proteção ao consumidor no comércio eletrônico e o projeto de lei que cria o Fundo de Amparo a Mulheres Agredidas.

No mês passado, as comissões e subcomissões da Casa realizaram 54 reuniões, incluindo 20 audiências públicas.

Das audiências, destacaram-se debates sobre as agressões sofridas pelos médicos peritos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), sobre as barreiras alfandegárias criadas pela Argentina aos produtos brasileiros e sobre a redução das taxas de juros dos financiamentos para o setor agropecuário.

Também foram temas de audiências o pacto federativo (alterações nas regras do Fundo de Participação dos Estados, das dívidas dos estados com a União, da partilha dos *royalties* do petróleo e da cobrança do ICMS) e a diretriz do governo Dilma Rousseff para erradicar a pobreza.

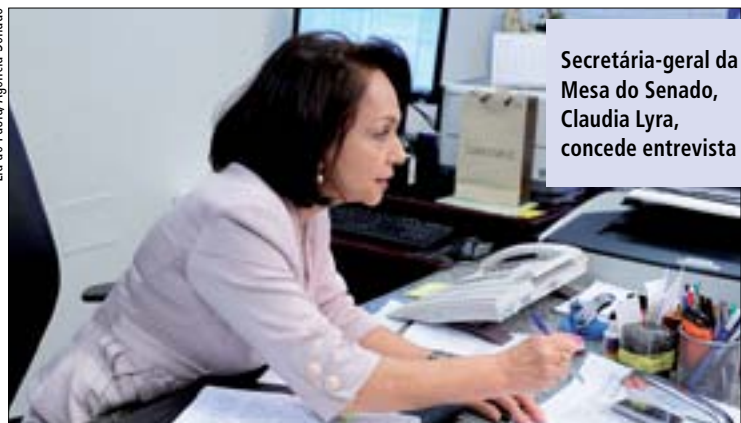
No Plenário, senadores deram aval a 20 propostas

Em junho, o Senado realizou 20 sessões plenárias e aprovou 20 propostas. O balanço foi divulgado ontem pela secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra.

Em entrevista, ela lembrou que por trás dos números há a discussão prévia dos projetos nas comissões, a realização de audiências públicas e a repercussão dessas matérias na vida dos cidadãos.

— Quanto mais complexa a matéria, mais tempo vai levar para chegar ao Plenário — explicou ela.

Dos projetos aprovados em junho importantes para a vida do cidadão, Claudia citou o que dá validade jurídica a documentos digitalizados e armazenados em meios eletromagnéticos, o que torna obrigatória a vacinação antitetânica para os trabalhadores



Secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, concede entrevista

As comissões do Senado também sabatinaram e aprovaram a indicação de nomes de autoridades para assumir os cargos de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e de diretor do Banco Central.

No total acumulado neste ano — de 2 de fevereiro a 30 de junho —, as comissões e subcomissões permanentes do Senado já realizaram 331 reuniões, entre elas 168 audiências públicas. Nos cinco primeiros meses do ano, foram analisadas 736 matérias.

Empréstimos

Em junho, as comissões do Senado também apresentaram, para análise da Comissão Mista de Orçamento (CMO), 194 emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2013.

Três empréstimos externos foram aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e serão ainda analisados pelo Plenário. O primeiro foi assinado entre a Agência

de construção civil, o que proíbe concurso público exclusivo para a formação de cadastro reserva e o que consolida a legislação sanitária vegetal e animal federal.

Rio+20

Claudia Lyra também mencionou a participação de 24 senadores na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que ocorreu entre os dias 20 e 22 de junho e a aprovação de empréstimos externos para o desenvolvimento de programas importantes no Paraná, em Sergipe e em Tocantins.

Outro trabalho importante que mereceu destaque em junho foi a conclusão do anteprojeto de reforma do Código Penal, elaborado por

O mês em números

157 matérias analisadas pelas comissões permanentes e subcomissões, sendo 119 em decisão terminativa

54 reuniões realizadas, entre elas 20 audiências públicas

27 requerimentos votados pelas comissões e subcomissões

194 emendas à LDO 2013 apresentadas pelas comissões

Francesa de Desenvolvimento (AFD) e a prefeitura de Toledo (PR), para um programa ambiental. O segundo, entre o Banco Mundial e o governo de Sergipe, para um projeto de águas. O terceiro, entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o governo do Tocantins, para um programa de desenvolvimento regional.

Das 157 propostas apreciadas pelas comissões ao longo do mês passado, 119 foram em decisão terminativa (sem a necessidade de serem votadas pelo Plenário do Senado).

uma comissão de juristas e entregue ao presidente do Senado, José Sarney.

Antes de encerrar o primeiro semestre legislativo de 2012, no dia 17 de julho, Claudia ressalta que o Plenário do Senado deverá apreciar outras propostas importantes, como as emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2013 apresentadas pelas comissões da Casa em junho, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com o voto secreto para os processos de cassação de mandato parlamentar e para apreciação dos vetos presidenciais e o projeto que institui um sistema de cotas nas universidades públicas para os alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas.

Entre 2011 e 2012, doações para a Campanha do Agasalho sobem 50%

A Campanha do Agasalho 2012, que faz parte do Programa Senado Solidário, terminou ontem, com a arrecadação de 2.962 peças, como cobertores e casacos. Isso representa um aumento de 50% em relação às doações recebidas no ano passado.

Desse total, mais de 500 foram cobertores, além de 876 agasalhos, 538 roupas masculinas, 439 femininas e 143 infantis, entre outros itens.

Todas as peças foram embaladas e etiquetadas e começarão a ser distribuídas na semana que vem entre entidades do Distrito Federal.

A solenidade de encerramento da campanha ocorreu no Memorial da Gráfica do Senado. A diretora-geral-adjunta do Senado, Rosa

Vasconcelos, destacou que foi vencido o desafio de ampliar as doações para levar conforto e proteção neste inverno a um maior número de pessoas carentes.

Depois de agradecer a quem trabalhou na campanha e a quem fez doações, Rosa lembrou que novos desafios virão.

Ainda este ano, o Programa Senado Solidário lançará outras campanhas: doação de sangue para a Fundação Hemocentro de Brasília, arrecadação de brinquedos para o Dia das Crianças e arrecadação de alimentos para o Natal Solidário.

O diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Florian Madruga, também participou do evento.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Educação no campo

14h O Projeto de Lei de Conversão 10/12 trunca a pauta da sessão deliberativa. O projeto contempla com recursos do Fundeb as instituições comunitárias que atuam na educação no campo.

PRESIDÊNCIA: Agricultura familiar

11h José Sarney participa do lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, no Palácio do Planalto; às 15h15, recebe o desembargador José de Aquino, do Tribunal de Justiça de São Paulo; às 15h30, assina Protocolo de Intenções do Senado com a Assembleia Legislativa do Maranhão para retransmissão da rádio e da TV Senado; às 16h, recebe os presidentes da União Nacional dos Legislativos Estaduais, Jooares Ponticelli, e do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas, Dinis Pinheiro. Depois, preside a ordem do dia.

CCT: Assinatura de linha telefônica

8h30 A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática vota projeto que obriga as concessionárias de serviços de telecomunicações a oferecerem aos usuários planos sem cobrança de assinatura, deixando a escolha a critério dos consumidores. Também na pauta projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

CAS: Trabalhador desempregado

9h O desempregado que recebe o benefício do seguro-desemprego poderá ter suspenso o pagamento de prestações de imóveis financiados pela Caixa Econômica Federal. Projeto nesse sentido está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais.

CCT: Demóstenes Torres

10h Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para votação de relatório sobre o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que indica a cassação do senador Demóstenes Torres (sem partido-GO), por falta de decoro.

AVIAÇÃO CIVIL: Pesquisa e controle

14h A Subcomissão Temporária da Aviação Civil, criada no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, discute a visão dos órgãos de pesquisas e dos órgãos controladores do governo sobre o tema. A audiência faz parte dos debates sobre políticas para a aviação civil.

CMMC: Balanço da Rio+20

14h A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas faz balanço da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

CMO: Recursos para órgãos do governo

14h30/18h Reuniões da Comissão Mista de Orçamento para votar projetos de créditos para ministérios e órgãos públicos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Aprovada isenção de IPI para veículos de transporte escolar

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, em caráter terminativo, projeto que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de veículos adquiridos por órgãos estaduais, distritais ou municipais para o transporte escolar. A proposta (PLS 131/11) deve seguir para a Câmara. O autor, Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse que a medida deverá abolir o transporte escolar em "paus de arara". José Pimentel (PT-CE) sugeriu uma negociação com os estados visando estender a isenção ao ICMS.

Propaganda e nota fiscal vão ter que discriminar impostos

Notas fiscais de venda de produtos e serviços deverão conter o valor de cada um de cinco tributos incidentes na operação, de acordo com projeto aprovado pela CAE.

De autoria de João Capiberibe (PSB-AP), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Ângela Portela (PT-RR), o projeto (PLS 76/12) segue para exame, em decisão terminativa, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Casildo defende ampla reestruturação da legislação fiscal no país



"Reduzir, simplificar e distribuir são os pilares da ampla reestruturação da legislação fiscal que precisa ser feita, disse Casildo Maldaner (PMDB-SC), elogiando a aprovação, na CAE, do PLS 76/12.

— O contribuinte deve ter ciência de quanto paga de impostos, tarefa hoje impossível com mais de 85 tributos vigentes — afirmou.

Vai a Plenário nova regra para comércio eletrônico

Estado do consumidor receberá a arrecadação de ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, de acordo com texto aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou novos critérios para a arrecadação do ICMS no comércio eletrônico: caberá ao estado do comprador o tributo correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual.

O projeto agora será votado no Plenário antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

Pelas regras atuais, o consumidor que adquire produto de uma loja virtual em outro estado paga o ICMS na origem da mercadoria. Isso favorece especialmente o estado de São Paulo, sede da maior parte das grandes lojas virtuais.

Renan Calheiros (PMDB-AL), relator de três projetos de emenda à Constituição (PECs) que tramitam em conjunto, afirma no seu parecer que a intenção é reequilibrar a relação entre estados, numa adequação à tendência crescente de utilização do *e-commerce*.

Pelo projeto, quando o destinatário for contribuinte do



Renan Calheiros, relator da proposta, com José Pimentel e Eduardo Braga

ICMS (geralmente empresa), a diferença será calculada entre a alíquota interna do estado destinatário e a interestadual. No caso de não contribuinte (pessoa física), será aplicada a diferença entre a alíquota interna do estado remetente e a alíquota interestadual.

Renan diz que o comércio eletrônico faturou mais de R\$ 18 bilhões em 2011. Como a maioria das lojas virtuais é sediada nos estados mais desenvolvidos, a arrecadação do ICMS fica desigual.

O texto aprovado na CCJ aglutina as PECs 56/11, de

Luiz Henrique (PMDB-SC), 103/11, de Delcídio do Amaral (PT-MS), e 113/11, de Lobão Filho (PMDB-MA), além de acolher emendas de Cyro Miranda (PSDB-GO), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Lídice da Mata (PSB-BA).

O relatório foi elogiado por Luiz Henrique, Ricardo Ferraz (PMDB-ES), Marta Suplicy (PT-SP), Pedro Taques (PDT-MT), Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá (PMDB-RR), Armando Monteiro (PTB-PE), Eduardo Braga (PMDB-AM), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Suplicy apoia propostas de mudanças no ICMS para venda pela internet

As alterações nas regras de distribuição de recursos arrecadados com o comércio eletrônico foram apoiadas por Eduardo Suplicy (PT-SP).

O senador elogiou o parecer de Renan Calheiros sobre as PECs 56/11, 103/11 e 113/11, já aprovado na CCJ. Suplicy disse que o comércio não presencial no Brasil remonta a longa data,

com os pedidos feitos por catálogos ou telefone e entregues pelos Correios. No entanto, com o advento da internet, ele cresceu muito, o que trouxe benefícios para o consumidor, mas prejuízos para várias unidades da Federação, já que as empresas que distribuem os produtos se concentram em poucos estados, normalmente



Suplicy: reequilíbrio entre estados

mais ricos e desenvolvidos. — As propostas procuram reequilibrar a relação entre os estados — argumentou.

Validade para documento fiscal digital

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto que permite às pessoas jurídicas manterem em meio eletrônico assinado digitalmente os livros contábeis e os comprovantes de lançamento

neles efetuados, com a mesma força de prova do documento original.

A única exigência, estabelecida em substitutivo de Armando Monteiro (PTB-PE), é que a empresa tenha

certificação eletrônica emitida no âmbito da ICP-Brasil, no caso de imagem digitalizada.

O projeto (PLS 461/09 — Complementar), do então senador Sérgio Zambiasi, ainda será examinado pelo Plenário.

Dornelles cobra posição do Brasil sobre lei dos EUA

O governo brasileiro precisa definir logo uma posição sobre os impactos no país da lei estadunidense contra a evasão fiscal, recomendou Francisco Dornelles (PP-RJ).



O Foreign Account Tax Compliance Act (Fatca), acordo de conformidade tributária para contas estrangeiras, foi aprovado em 2010 e prevê que as instituições financeiras de outros países controlem e reportem às autoridades fiscais estadunidenses as transações financeiras dos contribuintes fora daquele país.

A instituição que não aderir ao Fatca pagará 30% de imposto sobre valores transacionados nos EUA. O dispositivo, segundo o senador, tem vários pontos passíveis de questionamento.

Blairo: redução da Cide prejudicou estados e municípios

Ao zerar a alíquota da Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (Cide), para que o aumento dos preços do combustível não seja sentido pelo consumidor, o governo federal comprometeu o repasse da parcela dessa arrecadação destinada a financiar obras nos estados e municípios, disse Blairo Maggi (PR-MT).

— Obras já foram licitadas com a garantia desses recursos, que deixaram de existir. Os municípios deixaram de ter R\$ 5,2 bilhões para pagar obras de infraestrutura — argumentou.

O senador sugeriu que o governo reduza a Cofins e as contribuições sociais que não são divididas entre os entes federativos.



Comissão acata indicação de economista para diretoria da CVM

A abertura de uma nova bolsa de valores no Brasil, concorrente da BM&FBovespa, a única do país, é vista com

cautela pela economista Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes. Ela manifestou a opinião ao ser sabatinada ontem

pela Comissão de Assuntos Econômicos — que aprovou por unanimidade sua indicação para a diretoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), instituição que analisa essa possibilidade.

— O importante é assegurar a integridade do nosso mercado [de capitais]. Abrir um setor tão sensível sem o devido estudo e cuidado seria irresponsável — afirmou Ana Dolores.

Na avaliação da indicada, o

equilíbrio das contas públicas e a regulação do mercado de capitais feita pela CVM e pelo Banco Central têm garantido solidez ao sistema financeiro brasileiro, tornando-o resistente aos efeitos da crise internacional.

Ana Dolores é conselheira das empresas CPFL Energia, Metafrio e Condor Indústria Química, participa do comitê financeiro do Conselho de Administração da CCR e é sócia

da Oitis Consultoria Econômica e Financeira. Em resposta a pergunta da relatora da indicação, Ana Amélia (PP-RS), sobre seu afastamento dessas funções — incompatíveis com as atribuições na CVM, que regula esses setores —, a economista disse que o faria assim que o Senado aprovasse sua indicação.

A indicação agora será votada em regime de urgência pelo Plenário do Senado.



Presidente da CAE, Delcídio do Amaral conduz sabatina de Ana Dolores de Novaes

Frédéric Gros: a internet vai obrigar a democracia a se reinventar

Nono conferencista do Fórum Brasil Senado 2012, o filósofo francês Frédéric Gros foi cauteloso ao responder sobre o que se seguirá à ciberdemocracia: disse que é preciso aguardar sua consolidação para especular. No auditório do Interlegis, segunda-feira, o professor da Universidade Paris-Est Créteil falou sobre política na era do *Homo connecticus*, o conectado sucessor do *Homo sapiens*.

Para o filósofo, a internet não é nem a salvação da democracia, ao introduzir na cena política mecanismos de participação direta dos cidadãos, nem o veículo de um totalitarismo apoiado em manipulação de programas e informações “à la 1984, de George Orwell”. O que as novas tecnologias de comunicação apresentam, segundo ele, é um desafio aos conceitos clássicos de representatividade:

— O papel do parlamento como representante exclusivo e imprescindível da vontade popular foi ferido pela internet, e a democracia representativa terá de se reinventar — advertiu o professor.

Enquanto isso, disse Gros, os políticos buscam ocupar

espaços no mundo virtual utilizando cada vez mais redes sociais como o Facebook e o Twitter. É uma estratégia para disseminar mensagens e construir uma relação direta com seus eleitores.

Gros disse que a intermediação eletrônica do voto, mesmo no caso das urnas brasileiras, pode diminuir a força de um rito da cultura política:

— Além das questões de segurança e confiabilidade, é preciso discutir a possibilidade de banalização de um voto dado entre compras na Amazon e o envio de e-mails.

Para ele, a internet criou a

quarta modalidade de espaço político da história: a da nuvem galáctica. O primeiro estágio foi o espaço pirâmide, com decisões centralizadas; o segundo foi o do “gabinete secreto”, visto como necessário a decisões cujo conhecimento poderiam colocar em risco a segurança do Estado; e o terceiro foi o da Ágora, a assembleia grega, em que se separava o público do privado.

— Heterogênea e mutante, a nuvem galáctica vai atropelar a oposição entre o emissor e o receptor, entre o público e o privado, entre o especialista e o leigo — apontou Gros.

O filósofo demonstrou preocupação com a abertura para o populismo propiciada pelo contato direto dos políticos com os eleitores por meio de *blogs* e redes sociais. Já as insurreições digitais, afirmou, são uma nova modalidade de mobilização de alcance e importância ainda difíceis de mensurar.

Com renomados pensadores brasileiros e estrangeiros, o Fórum Senado Brasil 2012 começou dia 20 de junho. Ontem o palestrante foi Helton Adverse, e o próximo será Renato Janine, dia 7 de agosto, encerrando o ciclo de 11 palestras.



Gros (E) explica que as novas tecnologia de comunicação vão atropelar a tradicional oposição entre emissor e receptor

Vanessa disputará a Prefeitura de Manaus

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) anunciou que disputará a Prefeitura de Manaus nas eleições de outubro, liderando coligação de pelo menos dez partidos. O objetivo, sustentou, é repetir no âmbito municipal a aliança que dá sustentação política ao governo da presidente Dilma Rousseff.

— Mais do que nomes, o que sempre nos pautou foi a busca incessante da unidade que pudesse, no município, implantar as políticas econômicas e sociais que têm marcado a trajetória de nosso campo político — afirmou.

A aliança terá, além do PCdoB, PT, PSD, PMDB, PP, PV, PTN, PSL e PSC.

— Nosso objetivo agora é dar continuidade a um projeto que vem contribuindo para a construção de uma sociedade melhor, que valoriza as pessoas e a distribuição de renda — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Rolleberg pede eleição direta em cidades do DF

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) pediu ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE), que coloque em votação na próxima reunião da comissão a PEC 29/11, de sua autoria, que prevê eleição direta para os administradores regionais das cidades-satélites do Distrito Federal.

Rolleberg avisou que o relator da matéria na CCJ, Gim Argello (PTB-DF), deu parecer favorável à matéria, que, segundo ele, conta também com apoio da população da capital federal.

Atualmente, o administrador é de livre nomeação do governador do Distrito Federal. Com a proposta, passaria a ser escolhido pela população, por voto.

Segundo Rolleberg, dos mais de 30 administradores em exercício, 12 nem sequer moram na cidade que gerem.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Eduardo Lopes destaca candidaturas do PRB

Eduardo Lopes (PRB-RI) relatou ter participado no fim de semana de vários lançamentos de candidaturas a prefeito no Rio de Janeiro.

— No sábado, participei de cinco convenções — disse.

No mesmo dia, em São Paulo, o senador participou da formalização da candidatura de Celso Russomanno à prefeitura. Segundo ele, a candidatura de Russomanno tem se mostrado viável — pesquisas apontariam empate com o candidato do PSDB, José Serra, primeiro colocado —, e ele tem toda a condição de vencer.

O senador informou que, no Rio, o PRB terá 16 candidatos a prefeito.

— São mais de 300 candidaturas no Brasil. O PRB tem participado ativamente dessa festa democrática que será a eleição de 2012 — concluiu.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Demóstenes se defende no Plenário: senador ocupará a tribuna todos os dias

Demóstenes afirma ser “bode expiatório” e critica Polícia Federal

Ontem, pelo segundo dia consecutivo, Demóstenes Torres (sem partido-GO) ocupou a tribuna do Plenário para se defender das acusações de quebra de decoro parlamentar, que podem custar-lhe o mandato.

O senador questionou a legalidade das provas que mostram sua ligação com o contraventor Carlinhos Cachoeira e apelou para a solidariedade dos colegas, que poderiam, no futuro, estar em situação semelhante.

— O Senado certamente não se curvará a essa tática de campanha, que sazonalmente instala um parlamentar como alvo e só sossega quando aparece outro na mira.

Demóstenes afirmou que está sendo usado como “bode expiatório”. Ele acrescentou que, para investigá-lo, foi utilizada tecnologia de ponta — numa crítica à Polícia Federal —, mas, para puni-lo, estão sendo empregados “métodos medievais”.

Quem decidirá sobre a cassação do mandato de Demóstenes serão os demais senadores. A votação, esperada para a próxima quarta-feira, será secreta. São necessários 41 votos para que o mandato seja cassado.

Hoje, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) votará o relatório de Pedro Taques (PDT-MT) pela admissibilidade do parecer do Conselho de Ética, que recomendou por unanimidade a cassação do mandato.

Demóstenes pretende usar a tribuna todos os dias até a data da votação em Plenário.

Sem depoimentos, reunião da CPI do Cachoeira vira embate entre partidos

Todos os convocados a depor faltam, e parlamentares do PT e do PSDB trocam acusações sobre direcionamento dos trabalhos da comissão

DIANTE DA AUSÊNCIA dos quatro convocados para ontem, a reunião da comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga as relações do contraventor Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados foi marcada por embates políticos entre parlamentares do PT e do PSDB.

A condução dos trabalhos pelo relator, Odair Cunha (PT-MG), foi novamente questionada pelo deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP). Ele apresentou estatísticas mostrando que, até agora, a maioria dos que prestaram depoimento é ligada ao governador de Goiás, Marconi Perillo, do PSDB.

Segundo Sampaio, a comissão já ouviu 31 pessoas, 12 delas relacionadas a Marconi e dez ligadas diretamente a Cachoeira.

— Os números falam por si. Isso evidencia um direcionamento das investigações. Carlos Cachoeira é o objeto central desta CPI e nós não estamos trilhando o caminho do escopo desta comissão. Não se investiga o centro da organização, não se investiga seu braço financeiro, que é a Delta, e se investiga o governador Perillo, que não faz parte de núcleo criminoso algum. É evidente que o relator tem que rever seu posicionamento — opinou.

Sampaio questionou a decisão de Cunha de não adotar sub-relatórios para auxiliar nos trabalhos. As críticas foram imediatamente respondidas pelo deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP),

que desqualificou os números apresentados.

— Não existe dicotomia entre governador de Goiás, Cachoeira e os integrantes da organização criminosa. Quem acusou, por exemplo, o chefe do Detran de Goiás foi a Polícia Federal, e ele viria aqui não como pessoa ligada ao governador Perillo, mas à contratação — afirmou Vaccarezza.

Dos depoentes de ontem, apenas Ana Cardoso de Lorenzo de falar, mas ela não compareceu. Ana é sócia da empresa Serpes Pesquisas de Opinião e Mercado, contratada pela campanha de Marconi ao governo de Goiás. O presidente da CPI, senador Vital

do Rêgo (PMDB-PB), informou que na noite de segunda-feira o advogado dela chegou a solicitar a dispensa de sua cliente, mas o pedido foi indeferido.

R\$ 28 mil para pesquisas

Após a reunião, Odair Cunha informou que Ana Cardoso admitiu à comissão, em documento encaminhado pelo seu advogado, que recebeu R\$ 28 mil de Alberto & Pantoja para o pagamento de pesquisas eleitorais para o então presidente do Detran de Goiás, Edivaldo Cardoso de Paula.

— É um vínculo evidente entre um integrante do governo de Goiás com alguém da organiza-

ção criminosa. Nós identificamos R\$ 56 mil na conta dela, que terá que explicar a origem da outra metade do dinheiro — disse o relator.

A próxima reunião da CPI será amanhã, para votar requerimentos e decidir que tipo de rito será seguido: se os depoentes que se recusaram a falar serão imediatamente dispensados, como vem ocorrendo, ou se terão de ouvir questionamentos dos parlamentares, o que pode durar várias horas, como aconteceu durante o depoimento do próprio Cachoeira. Vital chegou a se reunir com outros senadores para definir essa questão, mas não houve consenso. Por isso, o rito será decidido no voto.



Presidente da CPI, Vital (sem paletó) diz aos parlamentares que os quatro depoentes faltosos serão novamente convocados

Venezuela vai fortalecer o Mercosul, diz Jucá

Romero Jucá (PMDB-RR) registrou a importância do ingresso da Venezuela no Mercosul, principalmente para a Amazônia Ocidental. Ele lembrou que já existem parcerias entre Roraima e o país vizinho nos campos cultural, econômico, ambiental e educacional.

— O ingresso da Venezuela vai ampliar a ação de toda a Amazônia e do Brasil em uma relação que pode ser muito construtiva para a nossa região — disse.

Jucá defendeu a busca de uma complementaridade da economia e do fortalecimento do bloco. Para ele, a integração pode gerar empregos e reforçar oportunidades.

Alvaro Dias critica política externa do governo brasileiro

“A m ã o que afaga é a mesma que apedreja.” O trecho de poema de Augusto dos Anjos foi usado por Alvaro Dias (PSDB-PR) para retratar o “comportamento dúbio da política externa brasileira”. Para ele, o mesmo Brasil que afaga ditadores apedreja o Paraguai, que teria agido dentro do que previa a sua Constituição ao destituir Fernando Lugo da presidência.

Alvaro Dias criticou ainda a aproximação do Brasil com Evo Morales (Bolívia), que ocupou instalações da Petrobras, e Rafael Correa (Equador), a quem denominou “uma réplica do colega venezuelano [Hugo Chávez] no estilo autoritário”.

Nem os familiares sabem do paradeiro dela — disse o presidente da CPI, que não descartou o auxílio da Polícia Federal para encontrá-la.

Antes que os integrantes da CPI começassem a se manifestar sobre as ausências, Vital informou que os quatro serão novamente convocados e que as providências legais cabíveis já estão sendo tomadas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Prêmios da ONU a Pernambuco são registrados por Capiberibe

João Capiberibe (PSB-AP) parabenizou o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, também do PSB, pelos dois prêmios das Nações Unidas de Serviço Público (UNPSA) que o estado recebeu: um pelo seminário Todos por Pernambuco, que consultou a população para definir as prioridades do governo, e outro pelo Programa Chapéu de Palha Mulher, que dá assistência à trabalhadora rural em período de entressafra.

Pernambuco foi o único estado do Brasil a ser premiado e também o primeiro a vencer em duas categorias nas dez edições do concurso, disse o senador. O UNPSA, considerado o Oscar da gestão pública, foi entregue em 25 de junho, em Nova York.



Marco Oliveira/ Agência Senado

Sarney elogia campanha do TSE e da OAB em favor do voto limpo

O presidente do Senado, José Sarney, elogiou protocolo de cooperação firmado entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para esclarecer a população sobre a importância do voto em candidatos ficha limpa nas eleições municipais. O documento foi assinado ontem pela presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, e o presidente da OAB, Ophir Cavalcante.

— Sempre é necessária [uma campanha]. É sempre bom que se lembre ao povo a necessidade de que tenhamos um voto que seja representativo da vontade do brasileiro — disse Sarney.

O primeiro turno das eleições municipais deste ano será em 7 de outubro e o segundo, no dia 28 do mesmo mês. Serão eleitos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.

Comissão questiona SC sobre ausência de delegacia da mulher

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga a violência contra a mulher ouviu ontem os secretários de Segurança Pública e de Saúde de Santa Catarina.

O estado não tem nenhuma delegacia especializada no atendimento a mulher vítima de violência, contrariando a Lei Maria da Penha.

O secretário de Segurança Pública, César Augusto Grubba, explicou que o atendimento a essas mulheres é feito em locais também dedicados a jovens infratores e a idosos. Ele informou que os jovens infratores ganharão novos

espaços, beneficiando assim o atendimento às mulheres.

Dalmo de Oliveira, secretário de Saúde, apontou o aumento no número de atendimentos às mulheres vítimas de agressão nos centros de saúde: em 2009, foram socorridas 721; em 2010, 2.053; em 2011, 4.922; e, até maio de 2012, 2.068. Ele informou que a Secretaria de Saúde está promovendo um seminário estadual para debater políticas de enfrentamento da violência contra a mulher.

O secretário de Segurança contestou os dados fornecidos pelo Instituto

Sangari à CPI. Para ele, é exagero dizer que há 3,6 mortes a cada 100 mil mulheres, pois os registros do estado são bem inferiores. Sobre essas diferenças, o delegado-geral da Polícia Civil do estado, Aldo Pinheiro D’Ávila, observou que quem faz o registro de ocorrência pode classificar o crime como violência de gênero, mas, após investigação, o motivo do crime pode ser alterado.

Grubba destacou que o estado tem diminuído os índices de violência. Em 2010, foram 112 homicídios de mulheres vítimas de violência de gênero. Em 2011, 56. Em 2012, até maio, 47.



O secretário Grubba fala à CPI, ao lado das deputadas Keiko Ota e Jô Moraes, da senadora Ana Rita e do secretário Oliveira

Pedro Franco/Agência Senado

Eunício quer amplo debate sobre novo Código Penal

Presidente da CCJ integrará, junto a mais quatro senadores, grupo de trabalho destinado a analisar o anteprojeto elaborado pela comissão de juristas que reforma o atual texto da lei, em vigor desde 1940

O PRESIDENTE DA Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse ontem considerar importante o equilíbrio entre o pensamento técnico e o sentimento da opinião pública na hora de votar o novo Código Penal. Por isso, ele defendeu um amplo debate sobre o anteprojeto da comissão de juristas.

— Ali foi o contexto das sugestões técnicas, por meio do trabalho de juristas renomados, com bom resultado. Mas não significa que todos os pontos serão acatados e que outros não possam ser

incluídos — observou.

Eunício já definiu os senadores que, sob sua coordenação, vão analisar o anteprojeto na CCJ: Pedro Taques (PDT-MT), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Jorge Viana (PT-AC).

A sociedade será ouvida em audiências públicas e também poderá encaminhar sugestões por mensagens eletrônicas, assegura o presidente da CCJ.

Na sua opinião, muitos pontos do anteprojeto devem gerar controvérsias, como a proposta de descriminalização da maconha para consumo pessoal.

— Acho que a liberação da maconha não é importante para a sociedade brasileira. Eu não venho recebendo esse *feedback* — comentou.

Pelo anteprojeto, o porte para consumo próprio deixa de ser crime até uma quantidade para o uso médio de cinco dias. Também não haverá crime no plantio e na colheita de quantidade para consumo. O uso em locais com presença de crianças e jovens, no entanto, pode ser motivo de prisão.

Eunício Oliveira prevê que as atividades do grupo de trabalho entrem em ritmo mais regular após as eleições municipais de outubro. Do ponto de vista regimental, o anteprojeto nem precisaria passar pela CCJ. Bastaria o parecer de uma comissão especial de senadores, que ainda está por ser designada. No entanto, ele considera que matérias dessa natureza não podem tramitar sem a avaliação da comissão que detém a competência sobre os temas jurídicos.



Eunício, entre Raupp e Malta: equilíbrio entre visão técnica e opinião pública

Comissão aprova 225 cargos para Ministério da Defesa

A Comissão de Constituição e Justiça também aprovou projeto que cria 225 cargos em comissão para o Ministério da Defesa (PLC 38/12). Relatada por José Pimentel (PT-CE), a matéria segue para o Plenário.

O projeto também cria 28 gratificações de representação, 134 gratificações para cargos de confiança e 101 gratificações de representação para exercício de função no ministério.

De acordo com o governo, os cargos serão usados para reorganizar a pasta — uma vez que o ministério passou a coordenar o planejamento das Forças Armadas —, além da administração do órgão.

Desembargadores pedem a Sarney apoio para evitar greve na Justiça Eleitoral

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu o presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, desembargador Marco Villas Boas. Ele estava acompanhado de vários presidentes de tribunais regionais eleitorais (TREs) e de Vicentinho Alves (PR-TO).

Os desembargadores ma-

nifestaram preocupação com a possibilidade de greve na Justiça Eleitoral, hoje e amanhã, dois últimos dias de registro de candidaturas às eleições municipais. Eles pediram que Sarney atue como interlocutor junto ao governo e ao Congresso na busca de acordo um com os servidores.



Sarney recebe o desembargador Villas Boas, do Colégio de Presidentes dos TREs

Presidente do TST defende aprovação de projeto que pode beneficiar trabalhadores

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Oreste Dalazen, pediu ao presidente do Senado, José Sarney, apoio na tramitação do projeto de lei (PLS 606/11) que disciplina o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.

— É um projeto que busca modernizar a legislação processual trabalhista — disse Dalazen. Ele informou que apenas 30% dos trabalhadores que ganham causas na Justiça conseguem receber o dinheiro a que têm direito, devido, disse, à ineficiente e anacrônica legislação da área.

Sarney recebe DVD, livro e medalha de comemoração ao centenário do Santos F.C.

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu do presidente do Santos Futebol Clube, Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro, kit em homenagem aos 100 anos do clube paulista. O centenário do clube foi

celebrado no dia 14 de abril. Além da camisa oficial do time, a edição especial inclui o DVD e o livro *Santos — 100 anos de futebol-arte* e uma medalha banhada a ouro alusiva à data.

Davim registra a comemoração do Dia do Bombeiro Brasileiro

Paulo Davim (PV-RN) registrou a comemoração, segunda-feira, do Dia do Bombeiro Brasileiro. Ele lembrou que a categoria é a mais respeitada e admirada pela população no mundo inteiro. Em 2 de julho de 1856, disse, o imperador Pedro II criou o primeiro serviço de extinção de incêndio em solo brasileiro.

— São profissionais que dedicam suas vidas a um trabalho perigoso e indispensável e merecem respeito e admiração de toda a população — elogiou.

Lídice da Mata saúda 2 de julho, Independência da Bahia

Lídice da Mata (PSB-BA) lembrou o Dia da Independência da Bahia, 2 de julho de 1823, data da expulsão das tropas portuguesas da Bahia.

— Nós lutamos pelo reconhecimento dessa data porque foi naquele momento que se consolidou a independência do Brasil nas terras baianas. Apesar de a independência ter sido declarada em 1822, as tropas procuravam manter a província da Bahia sob domínio da antiga metrópole.

Suplente Assis Gurgacz toma posse no lugar do filho, Acir

Tomou posse ontem Assis Gurgacz (PDT-RO), suplente de seu filho, Acir Gurgacz (PDT-RO), que se afastou para tratamento de saúde.

Descendente de poloneses, o novo senador nasceu em maio de 1941, em Cruz Machado (PR). Em 1964, fundou a empresa União Cascavel de Turismo (Eucatur).

Na política, foi eleito vereador (1968) e vice-prefeito de Cascavel (PR), em 1976. Em 1977, abriu uma filial da Eucatur na Vila de Rondônia, hoje Ji-Paraná (RO).

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Volta do antigo fuso horário do Acre avança no Senado

O horário oficial do Acre e de parte do Amazonas poderá voltar a ser duas horas a menos em relação a Brasília, e não uma hora, como determinado pela Lei 11.662/08. A mudança foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto (PLC 63/11) ainda será examinado por outras três comissões.

A proposta restabelece o fuso horário previsto no Decreto 2.784/13 antes da mudança feita pela lei de 2008, que aboliu o fuso horário brasileiro que tinha cinco horas a menos em relação à hora de Greenwich (GMT).

Hoje há três fusos brasileiros: duas horas a menos em relação a Greenwich, cobrindo o arquipélago de Fernando de Noronha e a ilha de Trindade; três horas a menos em relação a GMT, que é a hora de Brasília e de todo o litoral do Brasil e da maioria dos estados do interior; e quatro horas a menos que GMT, abrangendo Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre.

O relator do projeto na CAE, senador Cyro Miranda (PSDB-GO), observou que, por meio de referendo realizado em 2010, os acrianos se posicionaram contrariamente ao fuso instituído em 2008.

De acordo com o senador Sérgio Petecão (PSD-AC), com o resultado da votação de ontem, o Senado dá um passo para que seja cumprida a vontade do povo do Acre.

Comissão de Educação e Cultura aprova criação da bolsa-artista

Incentivo para formação e aprimoramento vai valorizar diversidade de estilos. Também foram aprovadas a extensão do Prouni a alunos de cooperativas e a autorização, pelos responsáveis, para crianças assistirem acompanhadas a espetáculos com classificação acima da sua faixa etária

A FORMAÇÃO E o aprimoramento de artistas amadores e profissionais poderão contar com recursos da bolsa-artista. O incentivo, estabelecido em projeto de lei do Senado (PLS 404/11) de Inácio Arruda (PCdoB-CE), foi aprovado ontem pela Comissão de Educação e Cultura (CE) e segue para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação em Plenário.

Segundo a proposta, a bolsa-artista será concedida prioritariamente a artistas em processo de formação e terá princípios como valorização da diversidade de estilos, gêneros e linguagens artísticas, ênfase no pluralismo de ideias e preservação da diversidade cultural brasileira.

Para obter a bolsa, o artista deverá possuir idade mínima de 14 anos. Se menor de 18 anos, deverá estar matriculado em instituição de ensino pública ou privada. O projeto, relatado por Lídice da Mata (PSB-BA), foi aprovado com abstenção de Ana Rita (PT-ES).

A comissão também aprovou o PLS 250/09, que inclui



Paulo Bauer, ao lado de Cyro Miranda e Aloysio Nunes Ferreira, preside encontro da Comissão de Educação

os alunos provenientes de cooperativas educacionais sem fins lucrativos entre os que podem ser beneficiados pelo Programa Universidade para Todos (Prouni). De acordo com emenda acolhida pelo relator, Pedro Simon (PMDB-RS), as bolsas do Prouni serão destinadas a estudantes que tenham cursado o ensino médio completo nas seguintes instituições: escola da rede pública; escola conveniada com o poder público; escola privada, na condição de bolsista

integral; escola filantrópica; ou cooperativa educacional sem fins lucrativos.

Outro item aprovado foi o PLS 18/06, de Pedro Simon, que atualiza o Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere à presença de crianças em espetáculos públicos. O texto aprovado foi um substitutivo do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO). Segundo a proposta, será permitido o acesso de crianças a espetáculos cuja indicação classificativa seja superior à sua respectiva

faixa etária, desde que estejam acompanhadas de pais, responsáveis ou outras pessoas autorizadas. Na opinião do relator, o substitutivo aprovado “reforça significativamente o papel da família como ente responsável pela orientação de crianças e adolescentes”.

Já o PLS 332/09, que institui a bolsa-atleta, foi retirado de pauta, por iniciativa do relator, Paulo Paim (PT-RS). O senador pediu mais tempo para debater o tema com o Poder Executivo.

Projeto limita entrada em escolas a pessoas autorizadas previamente

Quando fizerem matrículas no ensino fundamental, pais ou responsáveis deverão indicar os autorizados a ingressar no estabelecimento. Isso está previsto no projeto de lei do Senado (PLS 572/11) de Paulo Bauer (PSDB-SC), aprovado ontem na Comissão

de Educação e Cultura (CE). O relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), disse que a iniciativa “dará maior segurança para todos na escola”.

Também foi aprovado o PLS 510/11, de Ângela Portela (PT-RR). Segundo emenda do relator, José Agripino (DEM-

RN), caso mais da metade dos pais opte pela frequência nas férias, o estabelecimento será obrigado a oferecer atividades pedagógicas nesses períodos.

A CE aprovou ainda o projeto de lei da Câmara (PLC 67/11) que regulamenta a divulgação de informações,

pelas instituições, sobre cursos superiores. O texto aprovado foi um substitutivo do relator, Ciro Nogueira (PP-PI).

O PLS 503/11, também aprovado, dá o nome de Presidente João Goulart ao trecho da rodovia BR-153 entre Cachoeira do Sul (RS) e Marabá (PA).

Ana Amélia alerta para número de acidentes de motociclistas

Preocupada com a epidemia de acidentes envolvendo motociclistas, Ana Amélia (PP-RS) propôs

a realização de seminário, em setembro, para discutir o tema.

Segundo o Ministério da Saúde, em 2011 metade do dinheiro destinado ao atendimento de vítimas de acidentes de trânsito na rede pública foi usado para atender motociclistas. Entre 2008 e 2011, o número de internações de motociclistas acidentados aumentou mais de 95%.

— Precisamos estancar essa carnificina — disse a senadora, que defende ações de educação no trânsito e melhoria na formação dos condutores.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Flexa destaca emenda à medida provisória da mineração

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou ontem a importância de sua emenda à Medida Provisória (MP) 563/12, que estabelece normas para a cobrança de tributos para exportação, mas trata apenas do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A emenda de Flexa inclui a Compensação Financeira sobre Exploração Mineral (CFEM) nessa regulação, explicando que algumas empresas na atividade mineral utilizam mecanismos não previstos em lei para pagar menos impostos no Brasil.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Eduardo Lopes parabeniza Rio por título da Unesco

Eduardo Lopes (PRB-RJ) parabenizou o Rio de Janeiro por ter se tornado a primeira cidade do mundo a receber o título de Patrimônio Mundial da Humanidade como Paisagem Cultural Urbana, da Unesco.

— O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios da Unesco ressaltou o fato de “não constar, hoje, da lista, qualquer paisagem cultural com a combinação de valores e atributos presentes no Rio de Janeiro” — disse.

Lopes também lembrou que Brasília foi reafirmada como integrante do Patrimônio Cultural da Humanidade.

Marta defende criminalização da homofobia



Marcos Oliveira/Agência Senado

Marta Suplicy voltou a defender a aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/06,

que criminaliza a homofobia. Ela citou o assassinato após tortura de Lucas Ribeiro Pimentel, 15 anos, em Volta Redonda (RJ).

Marta lembrou o fato de o crime ter sido cometido dia 28, quando a Câmara discutiu a revogação de normas do Conselho Federal de Psicologia que proíbem tratamento para “curar” homossexuais.

— Deixa-nos consternados haver uma audiência pública para um tema sobre o qual absolutamente não é necessário ter discussão — criticou.

Cyro pede aumento para professores universitários em greve



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cyro Miranda (PSDB-GO) criticou o governo federal pelos baixos salários pagos aos professores

de universidades públicas e pela descaso com a greve nas instituições públicas de ensino superior.

— É um disparate que um professor com mestrado, doutorado e pós-doutorado ganhe menos que a remuneração inicial de boa parte das carreiras públicas do Executivo.

Para o senador, a educação continua a ser negligenciada pelo governo. Ele destacou a necessidade de o Congresso Nacional aprovar 10% de investimento do produto interno bruto (PIB) em educação.



Plenário acolhe liberação de R\$ 2 bilhões para empresas, cooperativas e produtores prejudicados por secas ou enchentes

Aprovada MP para áreas atingidas por calamidades

Medida que destina recursos do BNDES para essas localidades também garante à mulher, em caso de separação, o título de propriedade de imóvel adquirido no Programa Minha Casa, Minha Vida

FOI APROVADA NO Plenário medida que libera R\$ 2 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para empresas, cooperativas e produtores rurais de áreas atingidas por desastres naturais onde foram decretadas situações de emergência ou calamidade pública desde 2010. O Projeto de Lei de Conversão 15/12, decorrente da Medida Provisória 561/12, também transfere a propriedade de imóveis financiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida para a mulher em caso de separação do casal, se o bem foi comprado durante o casamento ou união estável. A proposta segue para sanção.

O relator-revisor do PLV, Gim Argello (PTB-DF), avaliou que a matéria tem “incontestável importância social”. O texto amplia em R\$ 500 milhões o limite total de financiamentos contratado pelo BNDES dentro do programa emergencial de

reconstrução. Agricultores familiares e pequenos produtores rurais terão prioridade nos financiamentos, cujo prazo será estendido até o fim de 2012.

A medida permite ainda que recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) destinados a obras de saneamento sejam liberados para municípios cujos serviços sejam operados por concessionárias que ainda não tiveram seus contratos regularizados.

O PLV 15/12 trata ainda do parcelamento de dívidas de estados e municípios relativas ao PIS-Pasep; proíbe a compra de outro imóvel com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) ou do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) se os beneficiários já tiverem recebido uma vez o subsídio; e dispensa das prestações mensais e do seguro do imóvel as famílias desabrigadas que perderam seu único imóvel em desastres naturais.

Paim: medida vai beneficiar setor produtivo



Paulo Paim (PT-RS) parabenizou o governo pela Medida Provisória 565/12, que

autoriza a abertura de linhas de crédito com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para os setores produtivos dos municípios em situação de emergência ou calamidade pública. De acordo com o senador, as secas que atingem o Nordeste e o Sul são graves. Ele citou as sucessivas quebras de atividade agrícola como consequência.

Projeto obriga frigorífico a divulgar dados

Os frigoríficos podem ser obrigados a fornecer aos órgãos públicos responsáveis pela inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal os preços, as quantidades e outras características dos bovinos e suínos adquiridos para abate.

A determinação está em projeto de lei (PLC 85/11) aprovado ontem pela Comissão de

Assuntos Econômicos que agora será examinado em decisão terminativa pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

A proposta busca tornar mais transparentes as transações e aumentar a concorrência nos mercados, segundo seu autor, o deputado federal Ronaldo Caiado (DEM-GO).

A relatora, Ana Amélia

(PP-RS), explicou que o projeto apresenta uma medida fundamental para coibir a excessiva transferência de renda da produção animal para o setor industrial, “fenômeno mais visível nos momentos em que os preços internacionais se mantêm em alta e os preços pagos aos produtores mal cobrem os custos de produção”.

Senador russo defende fim de embargo à carne brasileira

O senador russo Gennady Gorbunov afirmou ontem na Comissão de Agricultura do Senado que seu país tem interesse em suspender o embargo à importação de carne bovina do Brasil.

Ele é um dos três senadores russos que estão no Brasil para tratar de temas do agronegócio.

A suspensão das compras de carne brasileira foi decretada pela Rússia no início do ano passado sob a alegação da existência de problemas sanitários no produto.

— Infelizmente, ainda enfrentamos um déficit de abastecimento de carne bovina que gostaríamos muito de

preencher com uma produção de alta qualidade do Brasil. Todos sabem que para aumentar a produção de carne de porco e de frango não é necessário muito tempo. Já com relação à carne de boi, a situação é diferente, pois uma elevação substancial leva pelo menos dez anos — explicou Gorbunov.

Para governo, resultados positivos da Rio+20 virão com o tempo

Os resultados da Rio+20 não devem ser esperados logo após encerramento do encontro: eles virão com o tempo e dependem do processo deflagrado a partir da conferência da ONU realizada em junho, no Rio.

A avaliação foi feita pelos embaixadores André Corrêa do Lago, do Ministério das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, negociador-chefe do Brasil no evento, e por Francisco Gaetani, secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente.

— Se resultará em sucesso ou fracasso, dependerá do que seremos capazes de fazer a partir daqui — resumiu Machado.

Os três participaram ontem

da audiência pública na Comissão de Meio Ambiente (CMA) que analisou o legado da Rio+20.

Corrêa do Lago lembrou que também foram pessimistas as repercussões imediatamente após a conferência da ONU realizada no Brasil em 1992, a Rio-92, quando a imprensa veiculou notícias refletindo críticas àquele encontro. Com o passar dos anos, disse, os desdobramentos da Rio-92 mostraram sua importância. Ele enfatizou o fato de ter sido a Rio+20 a primeira conferência mundial convocada por interesse dos países em desenvolvimento.

— As anteriores haviam sido resultado de impulsos de países desenvolvidos — disse.



André Corrêa do Lago, Rodrigo Rollemberg, Francisco Gaetani e Eduardo Viola

Brasil lidera desenvolvimento sustentável, dizem senadores

A Rio+20 deixa como legado o protagonismo do Brasil em negociações globais sobre o meio ambiente e atesta a liderança do país no desenvolvimento sustentável, disseram senadores no debate na CMA.

— O Brasil conseguiu aliar o crescimento econômico à redução da pobreza e do desmatamento e à distribuição de renda, em um ambiente de consolidação da democracia — disse Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da comissão.

Sobre a questão da energia fóssil, Rollemberg disse que o Brasil não pode abrir mão de seu petróleo, mas deve explorá-lo estrategicamente, investindo os lucros em educação e inovação tecnológica.

O potencial agrícola do país diante da demanda mundial por alimentos foi destacado por Sérgio Souza (PMDB-PR). Eduardo Braga (PMDB-AM) ressaltou a promoção da economia verde e Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou os organizadores da Rio+20.

Ana Rita: em mundo sustentável, há igualdade entre sexos



Ana Rita (PT-ES) afirmou que a Rio+20 foi importante por levar para a sociedade o desafio de

discutir novos marcos para o desenvolvimento sustentável.

A senadora, que participou da conferência e do evento paralelo Cúpula dos Povos, disse que priorizou o debate sobre a construção de uma sociedade sem pobreza e sem diferenças entre homens e mulheres.

— Um futuro realmente sustentável depende do fim das diferenças entre homens e mulheres e da garantia dos direitos humanos.

Casagrande recebe homenagem por ter presidido comissão

“Passar pelo Congresso contribuiu para fazer um bom trabalho como governador”, disse o ex-senador e governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, durante homenagem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Na cerimônia em que seu retrato foi incluído na galeria dos ex-presidentes da comissão, Casagrande afirmou que o país avançou em termo de consciência individual e em projetos para preservar o meio ambiente. Atualmente, revelou, um de seus projetos como governador é a criação de uma secretaria de fiscalização e controle.